

## Arinos quer segurança com os civis

**Brasília** — “A segurança nacional não é assunto da competência das Forças Armadas e sim dos poderes políticos. A competência das Forças Armadas deve ser, sempre, a segurança internacional”. Aplaudido até pelos representantes do PT, o jurista Afonso Arinos defendeu na Comissão Mista do Congresso, a revogação — antes da eleição da Assembleia Constituinte — da Lei de Segurança Nacional, embora frisasse que “trata-se de um problema menor”.

O presidente da comissão constitucional do Governo é contra a proposta de candidatura avulsas por achar que “matarão os partidos”. Apoiou a sugestão do Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, para que a Constituinte crie uma comissão para legislar ordinariamente, até que a nova Carta seja promulgada. “A idéia de uma Constituinte exclusiva, essa assepsia constituinte, me parece pouco aceitável”, acrescentou.

Para Afonso Arinos, “é preciso acabar com a idéia de que a Constituição é um mito, pois o mito é uma reunião de paixões e não de razões. Precisamos superar a dissociação existente no Brasil, entre as carências dos deserdados e o desconhecimento, pelas classes dirigentes, de que o Estado também tem deveres”.

Garantiu que, se depender de sua influência, o anteprojeto da comissão constitucional será uma Constituição adequada ao parlamentarismo. Mas não concorda em que essa questão seja decidida em plebiscito que anteceda à Constituinte, pois acha que maioria do povo não tem informação sobre o sistema parlamentar.

— A massa popular desconhece o parlamentarismo da mesma forma que as elites dirigentes desconhecem o presidencialismo. No Brasil, o presidencialismo sempre percorreu um caminho entre o estado de sítio e os atos institucionais.

*Arizola, Sergio Laceraa (L) e W eislog acompanham Sarney na inauguração da “festa do livro” como ele mesmo definiu*

*Ans. Const - 4 SET 1985*

## Comissão Arinos é ponte para o povo, diz Sarney

**Brasília** — “A comissão não substituirá o povo nem o Congresso, mas será uma ponte de alguns meses entre a gente brasileira e os representantes que ela elegerá”, afirmou o Presidente José Sarney no discurso de instalação da comissão de estudos constitucionais que vai elaborar, em 10 meses, um anteprojeto de Constituição.

Enquanto a comissão era instalada oficialmente no Ministério da Justiça, na Câmara a Oposição criticava sua criação. O Deputado Raul Bernardo (MG), em nome da liderança do PDS, criticou o gasto de Cr\$ 2 bilhões com passagens, até o fim do ano, “para realizar um trabalho que outros organismos poderiam fazer sem despesas”.

O líder do PT, José Genoíno (SP), disse que seu partido recusou convite para comparecer à solenidade, “pois não reconhece essa comissão reacionária, biônica, que não tem legitimidade para propor um projeto constituinte”. Em resposta, o Deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), no exercício da liderança, disse que o grupo presidido por Afonso Arinos tem apenas o objetivo de ampliar o debate em torno da futura Constituição. “Ele não tem poder decisório, nem trará à Constituinte um trabalho acabado”, acrescentou.

### Primeiro encontro

Embora a primeira reunião da comissão esteja marcada para o próximo dia 16, no Rio, ontem após a solenidade de instalação, Afonso Arinos reuniu-se com 48 dos 50 integrantes para uma reunião de apresentação. O jurista aproveitou para nomear os vice-presidentes regionais: Paulo Brossard (Distrito Federal), Evaristo de

Morais (Rio de Janeiro), Gilberto Freire (Nordeste) e Miguel Reale (Sul).

Em seu discurso, Afonso Arinos disse que a comissão não se afastará da linha que lhe foi traçada, “quaisquer que sejam as divergências manifestadas por grupos, pessoas ou entidades”. Arinos afirmou que a comissão “respeita mas não aceita” tais divergências, “porque seu dever moral é cumprir, em toda plenitude, o mandato recebido do Poder Executivo”. O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, saudou o fato de a comissão ser formada por pessoas “de tantas procedências e de tão diferentes interesses profissionais”.

O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, não compareceu à solenidade de instalação da comissão para, segundo ele, “evitar uma atitude de desigualdade em relação aos convites de outras entidades pró-Constituinte”.

● Na comissão mista do Congresso que estuda a emenda Sarney, a socióloga Maria Victória Benevides expôs suas idéias sobre a Constituinte, defendendo a eleição de seus integrantes em março de 1986. Maria Victória acha que a Constituinte deve funcionar independente do Congresso.

● O Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), relator da comissão mista, decidiu convidar um representante da Conclat para participar dos debates. Bierrenbach cedeu aos argumentos de seus colegas de comissão, contrários ao convite feito apenas aos integrantes da CUT.

● Em São Paulo, a Arquidiocese promoverá, nos dias 9, 10 e 11 deste mês, a 2ª Semana de Fé e Compromisso Social — cujo tema é a Constituinte — com objetivo de iniciar o debate na comunidade.